**Portugal: a vertigem do abismo ou a oportunidade para mudar de vida?**

O Ministério Público anunciou a abertura de um inquérito judicial ao Primeiro-ministro português para averiguar da sua alegada “intervenção para desbloquear procedimentos” num processo em que a sua residência oficial foi alvo de buscas, o seu chefe de gabinete e um seu amigo íntimo foram detidos, tendo ambos sido, a par do ministro da Infraestruturas, constituídos arguidos.

António Costa teve a única atitude que uma pessoa digna pode ter: decidiu rápido e apresentou a demissão. Convém sublinhar a dignidade do gesto, já que não é uma qualidade muito em voga na vida política dos dias que correm. Acresce que a sensibilidade e bom senso manifestados por Costa neste momento crítico foram menos vezes utilizados ao longo do ano e meio que leva à frente de um governo de maioria absoluta. Essa maioria absoluta tornou-se o fator de estabilidade política que nunca nos seis anos e dois governos anteriores tinha alcançado. Ironicamente foi esse “seguro de vida” um dos aspetos que parece ter contribuído para que o líder do governo baixasse a guarda para os assuntos domésticos, dedicando mais tempo às grandes questões da União Europeia e menos à gestão do seu Partido Socialista e à agitação dos delfins no interior do seu próprio executivo.

Não foi o desgaste de oito anos em funções que derrubou o governo. Nem foi uma alternativa de oposição, que não existia. O que derrubou o governo foi uma investigação judicial a práticas suspeitas em torno das concessões para a exploração do lítio e da produção de hidrogénio e um comunicado do Ministério Público.

O foco do dia seguinte aponta unicamente em duas direções. A da Procuradoria Geral da República, que tutela e dirige a investigação criminal, e a do Presidente da República, a quem compete promover um novo governo a partir da mesma maioria (absoluta) parlamentar ou convocar novas eleições gerais.

Portugal não se encontra numa “Operação Mãos Limpas”, como a Itália dos anos 1990, onde o trabalho dos juízes conduziu à decapitação do poder político e a um longo período de governos curtos, ora populistas, ora compostos por tecnocratas de salvação nacional. Portugal também não está no meio de um “Lava-jato” promovido por uma República de Juízes que prende, liberta, elege e derruba presidentes, como o Brasil dos anos mais recentes.

Portugal tem um sistema judicial complexo e bloqueado, com megaprocessos que se arrastam durante anos – às vezes décadas – e que resultam mais vezes em prescrições e arquivamentos do que em condenações e em esclarecimento. Os raros casos de prisão efetiva em resultado de processos de corrupção são exceções à convicção popular quanto à impunidade generalizada dos “ricos” e “poderosos”.

O país vive numa voragem descontrolada e implacável da destruição do bom nome e da credibilidade tanto de detentores de cargos públicos como de cidadãos comuns, com culpa fundada e juízo respeitável ou sem eles. Não nos tribunais, como seria suposto, mas através de sucessivos e sumários casos de julgamento popular (nas televisões, claro!), que destroem pessoas, decapitam capital e empobrecem o país. O verdadeiro sistema judicial, na maior parte das ocasiões e seja por falta de evidências, por falta de meios ou por falta de competência, não consegue que se faça Justiça.

Antes da demissão de António Costa, há uma semana apenas, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça declarou numa entrevista que “a corrupção que está instalada em Portugal e tem uma expressão muito forte na administração pública. Isto não é uma simples perceção, é uma certeza!” Em suma, nesta área como em outras, Portugal não pode dar ao luxo de por frequentemente em causa a sua imagem e a sua reputação externa.

A realidade não ajuda. Já tínhamos um antigo Primeiro-ministro - o socialista José Sócrates, que esteve alguns meses detido – a ser investigado durante quase dez anos, sem que se chegue a julgamento, e temos agora um Primeiro-ministro no exercício de funções a ter que se demitir do cargo porque está envolvido num inquérito judicial.

Os portugueses têm por vezes dúvidas, mas Portugal é um Estado de Direito. Conviria, porém, que evidenciasse maiores semelhanças, em termos de robustez, modernidade e credibilidade, com outros Estados de Direito. Não é suficiente ser proclamado que “ninguém está acima da Lei”.

Para que isso realmente aconteça é imprescindível que a Procuradoria Geral da República perceba a extrema delicadeza do momento atual, é obrigatório que a investigação judicial avance e é necessário que o inquérito que visa o Primeiro-ministro seja transparente (com a divulgação de todos elementos que possam ser tornados públicos sem prejuízo para a investigação e para os direitos de defesa). É inevitável que as conclusões – acusando ou arquivando – sejam rápidas. Acusando ou arquivando, tão rápidas quanto deve ser uma investigação num foro privilegiado e exclusivo como o que está reservado à terceira figura da Nação (a Lei determina que compete ao Supremo Tribunal de Justiça conduzir um inquérito ao Primeiro-ministro).

Se o resultado for uma acusação sustentada e inequívoca a situação é muito má mas a justiça funcionou. Se a conclusão do processo de António Costa for o seu arquivamento a situação é péssima. Porque, então, concluiremos que a justiça não funcionou devidamente e levou à demissão de um Primeiro-ministro e à queda de um governo sem que houvesse indícios suficientemente graves, fortes e seguros.

Num Estado de Direito sólido, o Ministério Público não pode permitir-se que os cidadãos sequer admitam que uma investigação criminal contra um Primeiro-ministro, e que conduz à sua demissão, foi aberta de forma leviana.

O foco no Presidente da República, sendo de natureza constitucional e política, é tanto ou mais decisivo para o futuro do país. O que espera de Marcelo Rebelo de Sousa é que, fazendo uso da sua inteligência e sabedoria, tome as melhores decisões possíveis. Num quadro de crise em que, por definição, não há soluções perfeitas.

O Presidente pode pedir ao partido que tem maioria absoluta no Parlamento para apresentar um novo candidato a Primeiro-ministro ou pode dissolver a Assembleia e convocar novas eleições legislativas. Se o fizer, será importante saber para que data. Dando ou não dando tempo suficiente para que os socialistas possam reorganizar-se, encontrar um substituto para António Costa e preparar um programa capaz? E, em função da data que marcar, favorecendo ou dificultando as possibilidades dos partidos da oposição, teoricamente melhor preparados para ir a votos no curto prazo?

Em Portugal, como sucede em muitos países da Europa - do mediterrâneo ao báltico -, há um problema crescente com o peso eleitoral dos partidos extremistas, antissistema e populistas. O esvaziamento do centro não é uma questão nova ou inesperada, mas assume desde as eleições de 2015 uma dimensão incontornável: já não é possível formar maiorias parlamentares sem o apoio dos radicais. Seja com os deputados da extrema-esquerda, que viabilizaram os governos socialistas de 2015 a 2021. Seja, como apontam as sondagens, por via do apoio da extrema-direita a um governo liderado pelos social-democratas do PSD.

Marcelo Rebelo de Sousa é um democrata de exceção, um garante do valor da liberdade e um exemplo de humanismo social-cristão. Como tantos outros moderados, preocupa-se com o cenário em que vivemos. E não vai ficar na história como o Presidente que dá posse a um governo integrado ou apoiado por partidos que põem em causa a estabilidade do regime e o modelo democrático. Muito menos numa altura em que temos uma guerra na Europa, uma guerra no Médio-Oriente e um quadro internacional de tensão, imprevisibilidade e alto risco.

Marcelo fará tudo o que a sua influência puder alcançar para evitar o caos e a desordem. Do que depender do Presidente, não veremos em Portugal imagens semelhantes às das rondas negociais dos socialistas espanhóis com representantes de movimentos condenados (pela justiça e em processos de uma total clareza) por terrorismo e por secessão, nem tumultos parecidos com os motins populares contra as sedes do PSOE, que juntam milhares de pessoas em fúria nas ruas de Madrid, manifestando-se contra a amnistia congeminada para permitir a manutenção de Pedro Sánchez na chefia do governo.

Em 2024, assinalam-se os 50 anos do 25 de Abril de 1974. A revolução pôs fim ao regime autoritário do Estado Novo e trouxe consigo a esperança da liberdade, da democracia e do desenvolvimento para Portugal. Sendo as chamadas conquistas de Abril indiscutíveis, muitos dos falhanços espetaculares do atual regime também o são. Há crise dramática e bloqueio estrutural na saúde, na educação, na habitação e na justiça social. Não há um desígnio. O conformismo inamovível, o adiamento de opções estratégicas, os impasses ditados pelo medo de decidir e pelo peso das corporações, o enfraquecimento das instituições, a debilidade dos serviços públicos, o envelhecimento demográfico, a desertificação do interior, a perda de autoridade do Estado, a escassez da participação cívica e o desinteresse dos cidadãos pela política são a marca que os filhos e netos da revolução herdaram e que têm que gerir nestes quase 50 anos do 25 de Abril.

A solução, após as eleições ou mesmo antes delas, pode e deve ser encontrada no centro político. A saída para a gravidade do momento, em que o descrédito dos políticos atingiu um nível inimaginável e a confiança na justiça está largamente ferida, tem que ser dada pelos principais partidos fundadores do regime – PSD e PS. Idealmente abrindo-se e incorporando democratas-cristãos, liberais e progressistas moderados. Desejavelmente através de um governo de transição e no modelo de executivo “de executivos”, que permita ao Estado executar os milhares de milhões de euros de financiamento do Programa de Recuperação e Resiliência, ao mesmo tempo que leva a cabo o conjunto de reformas obrigatórias, não só para modernizar e desenvolver, como para viabilizar um futuro decente para Portugal. Há uma imensidão de verbas para investir nesse futuro. Esta não pode ser, ao contrário dos fundos, mais uma oportunidade perdida.

A resposta, por iniciativa própria ou por incentivo do Presidente, está numa coligação de interesse nacional e num programa de mudança profunda para o país. Ao centro, com os partidos. Um movimento inclusivo, mas determinado. Pragmático, prático, realista. Para vender a TAP, escolher uma localização para o novo Aeroporto de Lisboa e executar o plano ferroviário nacional. Não necessariamente contra, mas indiferente e alheio às políticas e propostas demagógicas, irrealistas e insustentáveis que vêm dos extremos. Um governo de transformação pouco ancorado no recurso aos senadores do regime, relevantes, mas conservadores. É preciso um governo de uma nova geração de líderes, gente dos partidos e das instituições, mas que venha também das empresas, das universidades e das associações. Gente nova e com mundo, sem dependências, sem medos e sem amarras. Com amor a Portugal e vontade de fazer, mudando o paradigma do país.

Começar por devolver um caminho de normalidade, de credibilidade e de confiança a Portugal seria se calhar a única forma digna de celebrar os 50 anos do 25 de Abril.

Jorge Afonso Morgado